



Índice de Desempenho da Justiça IDJus, Ano-base 2011

Relatório de
Pesquisa

IDJus

Índice de
Desempenho
da Justiça

Brasília, setembro de 2013

Organizadora:

Julia Maurmann Ximenes

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata

Guilherme Viana Ferreira

Jeovan Assis Silva

Neide de Sordi



Coordenação
Julia Maurmann Ximenes

Índice de Desempenho da Justiça

IDJus

Ano-base 2011

Relatório de Pesquisa

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata
Guilherme Viana Ferreira
Jeovan Assis Silva
Neide De Sordi

Brasília
2015



IDJus

Índice de
Desempenho da
Justiça

Ximenes , Julia Maurmann.

Índice de Desempenho da Justiça IDJus Ano-base 2011/
Coordenação Julia Maurmann Ximenes. – Brasília: IDP, 2015.

116 p.

ISBN: 978-85-65604-63-5

DOI 10.1117/9788565604635

Título. 1. Poder Judiciário. 2. Efetividade 3. Índice. I.

CDD 341.27

Sumário

1. Apresentação.....	6
2. Metodologia.....	11
3. Escopo da Pesquisa e fonte de dados.....	17
4. Resultados gerais.....	18
4.1 IDJus ₂₀₁₃ Brasil	18
4.2 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual.....	20
4.3 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal	24
4.4 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho.....	26
5. Comparações entre o IDJus 2012 e IDJus 2013	30
6. Apêndice Estatístico	36
6.1 Cálculo do IDJus ₂₀₁₃ por Tribunal	36
6.1.1 Brasil.....	36
6.1.2 Justiça Estadual.....	37
6.1.3 Justiça Federal	65
6.1.4 Justiça do Trabalho.....	71
7. Glossário.....	97
7.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	97
7.1.1 Despesas.....	97
7.1.2 Receitas.....	99
7.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS	101
7.2.1 Recursos Humanos.....	101
7.2.2 Tecnologia	106
7.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS.....	109
7.3.1 Litigiosidade.....	109
7.3.2 Produtividade.....	111
8. Bibliografia	Erro! Indicador não definido.

Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas	12
Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores	12
Tabela 3 - Polaridade dos indicadores	14
Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores	15
Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas	15
Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões	16
Tabela 7 – IDJus ₂₀₁₃ Brasil: resultado dos indicadores.....	19
Tabela 8 – IDJus ₂₀₁₃ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus.....	20
Tabela 9 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado dos indicadores.....	21
Tabela 10 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus .	22
Tabela 11 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais	23
Tabela 12 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado dos indicadores	25
Tabela 13 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus....	26
Tabela 14 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: classificação dos Tribunais	26
Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores	28
Tabela 16 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus	29
Tabela 17 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais	30

1. Apresentação

É com satisfação que o IDP apresenta para a comunidade acadêmica e, para o conjunto da sociedade, a atualização referente ao ano-base 2011 do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus).

O IDJus, lançado em 2012, representou um avanço inédito no que tange ao conhecimento e diagnóstico do sistema judicial brasileiro. A construção de um indicador sintético especificamente voltado para o Poder Judiciário nacional, lançou bases para a adequada mensuração do grau de desempenho da Justiça no Brasil, bem como possibilitou a avaliação da produtividade e da eficiência dos tribunais federais, estaduais e do trabalho em nosso país.

A grande receptividade em relação ao primeiro indicador sistemático da gestão dos tribunais brasileiros motivou a continuidade do trabalho, o qual traz novos e importantes contributos para o diálogo acerca do incremento da melhoria da gestão judicial no Brasil. Destacam-se, sobretudo, as comparações feitas com a edição anterior (2012), o que facilitará sobremaneira a compreensão de como os tribunais brasileiros podem se apropriar do IDJus como uma importante ferramenta de gestão.

De acordo com as premissas básicas do IDJus, o adequado desempenho da Justiça envolve o aperfeiçoamento dos mecanismos internos dos tribunais em três dimensões básicas da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. No IDJus, parte-se do pressuposto de que a boa governança judicial passa pela interação entre essas três dimensões, bem como de coordenação pelos tribunais das distintas políticas judiciárias correlatas a cada uma delas, buscando integrá-las de forma a garantir a coerência e a consistência do desempenho judicial. A moderna gestão judiciária deve focar estratégias e políticas pautadas por eficiência, eficácia e efetividade na busca de resultados com vistas à melhoria da prestação jurisdicional.

O IDJus almeja representar uma contribuição para o planejamento das políticas judiciárias, na medida em que revela os principais gargalos que afligem os serviços judiciais no Brasil, por meio de medidas que possibilitam melhor focalização da gestão e potencializa a eficiência dos investimentos realizados pelos tribunais. Essa conjunção de aspectos faz do IDJus uma ferramenta bastante apropriada para a avaliação do uso de recursos – financeiros e humanos – no Judiciário.

O IDJus está estruturado, com base nas três dimensões supramencionadas, em um conjunto de 20 indicadores agrupados em seis temas: Despesas, Receitas,

Transferências, Recursos Humanos, Tecnologia, Litigiosidade e Produtividade. O IDJus é, portanto, uma medida multidimensional, uma vez que a complexidade e a singularidade dos serviços judiciais não comportariam uma metodologia unidimensional. É importante compreender que a Justiça envolve fenômenos multifacetados e que, uma medida exclusivamente focada na gestão de processos, por exemplo, não seria capaz de expressá-la e captá-la em sua totalidade. Além disso, o IDJus permite uma série de desdobramentos e mensurações, e pode ser desagregado, abrindo espaço para revelar quais áreas dos tribunais apresentam eventuais déficits de gestão que possam ser priorizados no acompanhamento gerencial. Nesse sentido, o IDJus consegue fornecer informações que são muito relevantes para o planejamento da superação dos gargalos que afligem os serviços judiciais no Brasil.

O IDJus possibilita a realização de variados exercícios para a construção de cenários com vistas à melhoria da qualidade da administração da Justiça, de modo que cada tribunal possa analisar sua cultura gerencial e estabelecer objetivos específicos, adequados à sua realidade a partir da mensuração do desempenho e de mudanças no seus procedimentos internos, com base no pressuposto de que não existe uma única e tampouco permanente solução para a organização da gestão judiciária.

Junto ao relatório Justiça em Números do CNJ e às iniciativas de planejamento estratégico dos tribunais, o IDJus configura-se como uma significativa empreitada em direção àquelas melhorias na administração do Judiciário brasileiro que podem ser fundamentadas pela atuação do sistema de mensuração e planejamento deste Poder.

Por que medir o desempenho?

A partir das reformas na organização e funcionamento do Estado observadas nas últimas décadas, verifica-se uma tendência mundial na administração pública no sentido da adoção de instrumentos de gestão com vistas ao incremento do desempenho de agências e órgãos públicos, bem como a racionalização de seus procedimentos. Na tentativa de adequação a este cenário, tornou-se comum no setor público a utilização de sistemas de mensuração de desempenho que possibilita a otimização dos controles orçamentários, da aprendizagem organizacional entre outros que levam a melhoria dos serviços prestados.

A moderna administração judiciária não pode prescindir da mensuração da qualidade do desempenho dos tribunais. O judiciário precisa considerar padrões de excelência no desempenho judicial como uma ambição legítima, principalmente quando se tem em mente a missão de pacificação social da Justiça. Nas sociedades democráticas, as instituições públicas somente podem se

consolidar quando atendem às expectativas dos atores e da clientela que estão de fora da instituição. Sob outra perspectiva, quanto maior for a excelência do serviço judicial, maior confiança e apoio à independência e autonomia judicial serão angariados junto à sociedade.

Espera-se que a disseminação do uso de indicadores contribua para que o Poder Judiciário brasileiro possa contar com um aumento do uso das informações de seu desempenho para processos decisórios, com uma padronização em sua política nacional de mensuração de desempenho e com uma evolução da reflexão crítica feita sobre a prestação do seu serviço, estruturas e atores que influenciam os serviços judiciais.

Contudo, a mensuração do desempenho judiciário envolve desafios que partem dos próprios aspectos que podem ser objeto de mensuração, bem como em que profundidade podem ser particularizados os diferentes desempenhos de áreas diversas do judiciário. É nesse sentido que avaliações periódicas de desempenho podem ajudar os tribunais a identificar problemas que caminham para um quadro crônico e, assim sendo, analisar propostas de modo a impedir o agravamento deles. O IDJus pode servir de ferramenta de incentivo para os tribunais lutarem por padrões de excelência na administração da Justiça e também para que as cortes brasileiras possam se ajudar mutuamente – com base em suas experiências e diferenças – na busca de uma prestação jurisdicional de melhor qualidade.

A mensuração do desempenho não pode se limitar ao estabelecimento de indicadores. É preciso relacionar os dados de desempenho com a implementação de novas práticas administrativas. Indicadores voltados para o sistema judicial só são realmente úteis quando mostram a situação atual do tribunal e possibilitam a avaliação de alternativas para correções de rumos, sendo que não existem receitas universais e pré-definidas para tanto. Cada tribunal precisa descobrir seu próprio caminho para a conquista do alto desempenho, levando em conta as condições e a realidade que o cerca. O alcance do alto desempenho, contudo, implica que magistrados e a força de trabalho precisam compartilhar uma visão coletiva sobre quais práticas gerenciais melhor apoiam a missão das cortes e como elas devem ser implementadas.

Como aplicar uma política judiciária de resultados de desempenho?

Uma política judiciária especificamente voltada para o aperfeiçoamento do desempenho dos tribunais deve envolver a reflexão crítica sobre a prestação do serviço jurisdicional. Tal reflexão deve partir dos órgãos de cúpula dos tribunais, mas se estender para todo o conjunto da organização judiciária.

Sugere-se que as presidências dos tribunais brasileiros criem comissões compostas por magistrados e servidores e, eventualmente até com a presença de membros da OAB, de modo a interpretar os resultados do IDJus, de modo que a situação atual dos tribunais seja avaliada e cenários de situações desejáveis possam ser construídos. Tais comissões poderiam realizar um monitoramento periódico com vistas ao cumprimento das eventuais metas que forem pactuadas, bem como alinhar os resultados do IDJus com as metas traçadas no planejamento estratégico dos tribunais.

Uma política judiciária de resultados de alto desempenho deve envolver uma sinergia entre três pilares da organização administrativa: capital informacional, capital humano e capital organizacional. De acordo com os modernos estudos sobre gestão do conhecimento, o intercâmbio entre capital informacional, humano e organizacional constituem as bases da gestão do capital intelectual¹, o que lhe proporciona às organizações a capacidade de aprimoramento contínuo e oferta de serviços de qualidade superior.

Capital informacional diz respeito ao nível de compreensão que magistrados, servidores e gestores judiciários sobre a qualidade dos serviços prestados pelo tribunal e deve ser considerado um dos recursos mais valiosos de cada corte. Instituições judiciárias que anseiam o alto desempenho precisam ser eficazes em produzir um capital informacional que complementa os objetivos de aprimoramento da prestação jurisdicional. É necessária a criação, pelos tribunais, de canais de comunicação nos quais a informação das diversas áreas judiciárias e administrativas possa fluir, a partir de problemas identificados por magistrados e servidores. A imensa quantidade de informações e indicadores disponibilizados pelos tribunais para o “Justiça em Números” do CNJ deve primordialmente servir para uma análise e reflexão interna das cortes deste rico arsenal de informações que ainda está longe de ser devidamente explorado pelos tribunais.

O capital humano dos tribunais – representado pelo conjunto de magistrados, servidores e colaboradores – deve compreender as metas de desempenho e assumir compromisso com aprimoramentos contínuos². O adequado uso de indicadores de desempenho pode proporcionar aumento do autoconhecimento organizacional nos tribunais, uma vez que os tribunais passam a ser capazes de extrair informações particularizadas sobre a natureza de suas atuações e, com

¹ STEWART, Thomas A. **Capital intelectual a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

² OSTROM, B e RANSOM, R. **Achieving High Performance: a framework for courts**. National Center for State Courts, USA, 2010.

acúmulo de discussões críticas, metas de desempenho podem ainda ser modificadas ou aperfeiçoadas³. Cabe alertar, contudo, que as presidências dos tribunais não devem almejar tentar impor metas que só são claramente perceptíveis na cúpula administrativa uma vez que, para serem efetivamente utilizadas como referenciais, precisam também ser relevantes e ter significado para todo o conjunto dos servidores.

Capital organizacional se refere à capacidade de coordenação, nos âmbitos interno e externo, dos recursos com vistas à mudanças e melhoria de procedimentos. Internamente, o capital organizacional dos tribunais pode significar a eficiente alocação e distribuição de recursos humanos e o a eficiente alocação de tempo para julgamento de processos. No âmbito externo das cortes, capital organizacional do Judiciário implica angariar o apoio de outros atores importantes para o sistema de justiça, nos Poderes Executivo e Legislativo, e envolve a capacidade de induzir outros atores-chave a contribuírem para as reformas necessárias para a administração da Justiça.

Em um momento em que a sociedade brasileira parece clamar por melhoria geral nos serviços públicos, o aprimoramento do desempenho nos tribunais brasileiros passa a ser uma necessidade que deve motivar não só os operadores do direito, mas também todos os cidadãos. E uma vez que o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional irradia efeitos benéficos para toda a ordem econômica e social, os tribunais brasileiros que realmente se engajarem no compromisso de ofertar altos padrões de eficiência podem liderar e servir de modelo no processo de conquista de novos patamares de excelência no setor público.

³ NOGUEIRA, J. M. M.; PACHECO, R. S. **A gestão do Poder Judiciário nos estudos de Administração Pública**. In: Anais do CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2, 2008, Brasília. Brasília: Consad, 2009.

2. Metodologia

O IDJus é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento da Justiça, possibilitando a mensuração das diferenças de produtividade e desempenho existentes entre os segmentos do Poder Judiciário. O resultado apresentado nesse modelo servirá de balizador para que os tribunais possam tomar medidas pontuais visando a melhor utilização dos recursos disponíveis. Com a segunda edição do índice, os resultados devem ser utilizados para avaliação do desenvolvimento da Justiça ao longo dos anos.

A metodologia adotada na construção dos indicadores consiste em criar um indicador único para as diversas áreas avaliadas. No caso dos indicadores da Justiça, a fonte de dados oficiais são os relatórios estatísticos *Justiça em Números* e os resultados do *Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário*, publicados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça.

A construção do IDJus segue quatro etapas: a escolha das dimensões, temas e indicadores, a normalização dos indicadores, a polarização dos indicadores e a escolha dos pesos.

A escolha das dimensões, temas e indicadores

Para contemplar as diversas dimensões da Justiça e a forma como elas afetam o desempenho e eficiência da Justiça, o IDJus foi elaborado a partir de 3 dimensões primárias da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos. Essas dimensões foram subdivididas em 6 temas, com um total de 20 indicadores de desempenho. Vale ressaltar que os 20 indicadores selecionados possuem alto grau de confiabilidade, no sentido de retratarem, com confiabilidade, as áreas a que se referem (vide tabelas).

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas

	Dimensões	Temas
IDJus	Gestão Orçamentária Peso: 25%	Despesas
		Receitas
	Gestão de Recursos Peso: 25%	Recursos Humanos
		Tecnologia
	Gestão de Processos Peso: 50%	Litigiosidade
		Produtividade

Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores

Temas	Indicadores Primários
Despesas	Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Custo médio do Processo
Receitas	Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça Arrecadação Média Processual
Recursos Humanos	Percentual de Cargos de Magistrado ocupados Percentual de Servidores Efetivos Percentual de Servidores da Área Judiciária Taxa de Igualdade Processual por Servidor Taxa de Igualdade Processual por Magistrado Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado
Tecnologia	Porte baseado em Tecnologia Porte baseado em Força de Trabalho mínima Porte baseado em Automação Porte baseado em Governança de TI Porte baseado em Capacitação em TI
Litigiosidade	Taxa de Congestionamento Índice de Atraso Taxa de Atendimento da Demanda
Produtividade	Produtividade Média por Magistrado Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária

Normalização dos indicadores

A normalização consiste em transformar os indicadores em índices cujos valores se posicionam entre zero e cem, tendo como base os indicadores calculados. A importância desse procedimento reside no resultado obtido: todos os índices terão, após a normalização, a mesma unidade de medida, isto é, mesma magnitude, possibilitando, então, comparações entre si. Para tanto, é aplicada a fórmula abaixo:

$$\text{Índice}_{itj} = \frac{itj \cdot \text{Mín}_{ij} \cdot 0,9}{\text{Máx}_{ij} \cdot 1,1}$$

$i = \text{indicador}$
 $t = \text{Tribunal}$
 $j = \text{Justiça}$

onde Val_{itj} = valor observado do indicador i no Tribunal t da Justiça j
 Mín_{ij} = valor mínimo observado do indicador i na Justiça j
 Máx_{ij} = valor máximo observado do indicador i na Justiça j

A fórmula acima pode ser interpretada da seguinte forma: o índice do indicador i , do tribunal t da justiça j é igual ao quociente da diferença entre o valor observado do indicador i , do tribunal t da justiça j e o mínimo ajustado do indicador i na justiça t , e da diferença entre o máximo ajustado do indicador i na justiça t e o mínimo ajustado do indicador i na justiça t . Note que o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador e justiça, enquanto que o valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

Os valores 0,9 e 1,1 representam o fator (ou *lag*) que foi incluído no cálculo dos índices. A multiplicação dos mínimos e máximos por, respectivamente, 0,9 e 1,1 faz com que os mesmos fiquem 10% menores e 10% maiores. Essa diferenciação tem dois objetivos que se complementam: inibir valores iguais a 0 e 100; e encorajar os tribunais que obtiverem os melhores e piores desempenhos, de forma que os tribunais melhor colocados ainda terão o que otimizar, e os de posições mais baixas nunca serão representados por um IDJus de valor 0.

Polarização dos indicadores

A terceira etapa define se o indicador tem polaridade positiva, ou seja, valores maiores indicam melhor desempenho do tribunal, ou negativa, valores menores indicam melhor desempenho. Assim, para os indicadores classificados com

polaridade negativa utiliza-se o valor complementar do índice auferido na etapa de normalização do indicador.

Tabela 3 - Polaridade dos indicadores

Indicadores Primários	Polaridade
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	-
Custo médio do Processo	-
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	+
Arrecadação Média Processual	+
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	+
Percentual de Servidores Efetivos	+
Percentual de Servidores da Área Judiciária	+
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	-
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	-
Porte baseado em Tecnologia	+
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	+
Porte baseado em Automação	+
Porte baseado em Governança de TI	+
Porte baseado em Capacitação em TI	+
Taxa de Congestionamento	-
Índice de Atraso	-
Taxa de Atendimento da Demanda	+
Produtividade Média por Magistrado	+
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	+

Escolha dos pesos

Como ocorre com a maioria dos indicadores sintéticos, os pesos dos indicadores, temas e dimensões foram definidos pela equipe técnica de acordo com a importância relativa de cada indicador, levando em consideração, também, a confiabilidade de cada variável. Assim, decidiu-se por dividir os pesos de cada indicador e de cada tema de forma uniforme dentro de cada tema e dimensão. Para as dimensões, no entanto, foram estabelecidos pesos distintos.

A dimensão gestão de processos, por ser classificada como uma dimensão independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais, foi atribuído 50% do peso total do IDJus. As demais dimensões, que dizem respeito à função administrativa das cortes e correspondem ao suporte de suas atividades-fim, receberam peso de 25%. A partir desses pesos obtém-se um índice sintético para cada tema, para cada dimensão, e o índice sintético geral, o IDJus.

Vale destacar que a escolha dos pesos foi realizada após vários exercícios estatísticos de validação dos mesmos, tendo como base os resultados obtidos em cada exercício.

Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores

Indicadores Primários	Peso	Contribuição
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Custo médio do Processo	1	50,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Arrecadação Média Processual	1	50,0%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	1	16,7%
Percentual de Servidores Efetivos	1	16,7%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1	16,7%
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1	16,7%
Porte baseado em Tecnologia	1	20,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	1	20,0%
Porte baseado em Automação	1	20,0%
Porte baseado em Governança de TI	1	20,0%
Porte baseado em Capacitação em TI	1	20,0%
Taxa de Congestionamento	2	33,3%
Índice de Atraso	2	33,3%
Taxa de Atendimento da Demanda	2	33,3%
Produtividade Média por Magistrado	2	50,0%
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	2	50,0%

Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas

Temas	Peso	Contribuição
Despesas	1	50,0%
Receitas	1	50,0%
Recursos Humanos	1	50,0%
Tecnologia	1	50,0%
Litigiosidade	2	50,0%
Produtividade	2	50,0%

Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões

Dimensões	Peso	Contribuição
Gestão Orçamentária	1	25,0%
Gestão de Recursos	1	25,0%
Gestão de Processos	2	50,0%

Mudanças metodológicas

Vale destacar, no que se refere à metodologia, a remoção do tema “transferências” inserido na dimensão “receitas” do IDJus₂₀₁₂. A decisão de exclusão do referido tema ocorreu após a análise dos dados referentes ao ano de 2011 publicados no Justiça em Números. Diferentemente do ocorrido no ano anterior, muitos tribunais não informaram a variável “Valores Pagos aos Jurisdicionados (Vpag)”. A variável “Vpag” era utilizada para construção dos dois indicadores que compunham o tema “transferências”: Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça e Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo. A maior indisponibilidade ocorreu na Justiça Estadual: em 2010, apenas 6 tribunais (22,2%) não tinham informado a referida variável, enquanto que em 2012 esse número dobrou, passando para 12 tribunais sem os valores de “Vpag”, ocasionando em um percentual muito alto de dados indisponíveis – 44,4%.

A forma de cálculo do IDJus Brasil também sofreu alteração. Diferentemente de sua primeira versão, agora calculamos o índice Brasil utilizando a média ponderada em relação às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho. Dessa forma, garantimos a comparabilidade entre as esferas do Judiciário e o índice global.

Outro fato importante diz respeito a alterações nos dados estatísticos publicados pelo CNJ. Tendo em vista que a resolução que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário acolhe a retificação dos dados por parte dos tribunais, conforme disposto no artigo 17 da Resolução nº 76/2009 do CNJ, os dados utilizados no IDJus₂₀₁₂ foram alterados devido a publicação de nova base de dados em dezembro de 2012 referente ao ano de 2010. Ressalte-se que diante dessas mudanças todas as análises realizadas ao longo do documento em relação ao IDJUS₂₀₁₂ foram construídas a partir de cenários similares, ou seja, o IDJus₂₀₁₂ foi recalculado com a mesma metodologia do IDJus₂₀₁₃ a partir da base de dados retificada.

Devido a todos esses melhoramentos, a 1ª versão do IDJus teve, também, que ser atualizada, para adequar-se à nova metodologia. Seus resultados serão discutidos nesse documento.

3. Escopo da Pesquisa e fonte de dados

A unidade de análise do IDJus são os dados publicados anualmente no Relatório Justiça em Números, regulamentado pela Resolução nº 76/2009 do CNJ, e o Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação, instituído pela Resolução Nº 90/2009 do CNJ.

O escopo da pesquisa na construção do IDJus são a Justiça Estadual, a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho. Apesar das fontes de dados apresentarem, a partir da última edição do Justiça em Números, uma abrangência aos demais ramos de justiça, a decisão da exclusão da Justiça Eleitoral e Militar advém da inexistência de uma série histórica dessas informações.

O Relatório Justiça em Números, publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, apresenta informações na forma de dados estatísticos e indicadores para as seguintes categorias: receitas, despesas, estrutura, carga de trabalho, taxa de congestionamento, recorribilidade e reforma de decisões, dentre outras. Nesse caso, a composição dos indicadores do IDJus foram elaboradas, em sua maioria, a partir de informações estatísticas e não de indicadores preexistentes no relatório.

O Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia. Os resultados finais do questionário foram incorporados ao tema tecnologia do IDJus.

Na segunda edição do IDJus todas as informações estatísticas são referentes ao ano base 2011. Vale destacar, entretanto, que as variáveis do Justiça em Números foram extraídas do Banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) disponível para consulta pública no sítio eletrônico do CNJ a partir de dezembro de 2012. A liberação dos dados foi uma iniciativa do CNJ em atendimento à Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo CNJ por meio da Portaria nº 216/2012. O artigo 1º da Portaria estabeleceu que o banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) ficará disponível para consulta pública de forma permanente.

4. Resultados gerais

Com a segunda edição do IDJus (Índice de Desempenho da Justiça) os resultados aferidos permitem além dos rankings tradicionais, inúmeros exercícios comparativos entre os tribunais, entre as esferas da Justiça e entre os anos analisados. Adicionalmente, dentro de cada instituição em particular, o IDJus também pode ser aberto por dimensões, temas e indicadores, o que incentiva enfoques e recortes específicos e mais direcionados para as áreas que eventualmente necessitem de maior aprimoramento. Busca-se que os resultados descortinados pelo Índice possam ser úteis para a formulação de estratégias e ações para todo o Judiciário nacional.

Desse modo, esse capítulo destina-se a apresentar primeiramente os resultados gerais do IDJus 2013. A partir desses resultados e das comparações que serão apresentadas nas próximas seções os tribunais poderão identificar causas dos problemas que mais afetam a prestação jurisdicional, estabelecer metas e avaliar os progressos obtidos.

4.1 IDJus₂₀₁₃ Brasil

Para o resultado IDJus₂₀₁₃ Brasil, foi considerada a média ponderada dos dados estatísticos das Justiças Estadual, Justiça Federal e do Trabalho. Os resultados indicam que há um longo caminho a percorrer no que tange ao desenvolvimento da Justiça no Brasil, e que a mesma também apresenta muitas disparidades entre os tribunais com as posições mais elevadas e mais baixas.

O resultado aferido para o IDJUS – Brasil (total de todos os tribunais das Justiças Estadual, Federal e do trabalho) é de 49,1. A dimensão de melhor desempenho, na Justiça brasileira como um todo, é a Gestão Orçamentária, com 4,7, e a de pior desempenho a Gestão de Processos, com 45,0.

As Tabelas 7 e 8 a seguir apresentam os resultados finais por dimensão, tema e indicador.

Tabela 7 – IDJus₂₀₁₃ Brasil: resultado dos indicadores

IDJus Brasil	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	43,2
Custo médio do Processo	80,6
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,7
Arrecadação Média Processual	4,6
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	50,1
Percentual de Servidores Efetivos	41,4
Percentual de Servidores da Área Judiciária	47,5
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	61,9
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	91,5
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	98,2
Porte baseado em Tecnologia	47,1
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	19,0
Porte baseado em Automação	57,6
Porte baseado em Governança de TI	53,5
Porte baseado em Capacitação em TI	51,4
Taxa de Congestionamento	28,0
Índice de Atraso	61,6
Taxa de Atendimento da Demanda	47,3
Produtividade Média por Magistrado	42,0
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	42,1

Tabela 8 – IDJus₂₀₁₃ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Brasil

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus Brasil	44,2	Gestão Orçamentária Peso: 25%	33,5	Despesas	61,9
				Receitas	5,1
		Gestão de Recursos Peso: 25%	55,4	Recursos Humanos	65,1
				Tecnologia	45,7
		Gestão de Processos Peso: 50%	43,8	Litigiosidade	45,6
				Produtividade	42,0

4.2 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual

O IDJus₂₀₁₃ da Justiça Estadual foi de 48,8 e dos 27 tribunais estaduais analisados apenas 9 apresentaram IDJus acima dessa média (TJ-RS, TJ-RJ, TJ-MS, TJ-PR, TJ-AC, TJ-SC, TJ-RO, TJ-AM, TJ-SP).

O tribunal mais bem posicionado é o TJ-RS (64,1) e o que apresenta o pior grau de desempenho é o TJ-PI (26,0). Na Justiça Estadual como um todo, o principal gargalo parece estar na dimensão de Gestão de Processos, o qual apresenta o menor valor do indicador, variando de 12,0 a 68,1. Na Gestão Orçamentária os valores variam de 30,2 a 82,6 e na Gestão de Recursos de 31,8 a 54,8.

Vale destacar algumas disparidades observadas nos desempenhos dimensionais de um mesmo tribunal. No TJ-AP, no TJ-MT e no TJ-PE o desempenho da Gestão Orçamentária é muito díspar em relação à Gestão de Processos – 33,1 e 62,9; 48,0 e 25,3 e 58,3 e 27,7, respectivamente. O mesmo ocorre no TJ-PI que apresentou um desempenho de 44,6 na Gestão de Recursos e de apenas 12,0 na Gestão de Processos. Esses resultados mostram que em alguns tribunais os gargalos já conseguem ser identificados de maneira assertiva pelo IDJus.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Estadual	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TJ-RJ (82,6)	TJ-SE (58,3)	TJ-RS (68,1)
Pior desempenho	TJ-ES (30,2)	TJ-TO (31,8)	TJ-PI (12,0)

As Tabelas 9, 10 e 11 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Estadual e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal de Justiça.

Tabela 9 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Estadual	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	48,1
Custo médio do Processo	68,8
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	40,1
Arrecadação Média Processual	87,2
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	56,7
Percentual de Servidores Efetivos	50,7
Percentual de Servidores da Área Judiciária	42,4
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	41,5
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	34,7
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	96,2
Porte baseado em Tecnologia	40,6
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	22,7
Porte baseado em Automação	52,8
Porte baseado em Governança de TI	51,0
Porte baseado em Capacitação em TI	52,5
Taxa de Congestionamento	24,9
Índice de Atraso	57,5
Taxa de Atendimento da Demanda	49,2
Produtividade Média por Magistrado	43,0
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	40,2

Tabela 10 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Justiça Estadual

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	48,8	Gestão Orçamentária Peso: 25%	61,0	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
		Gestão de Recursos Peso: 25%	48,8	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	42,7	Litigiosidade	45,1
				Produtividade	52,7

Tabela 11 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	Dimensão			IDJus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ - Rio Grande do Sul	67,2	52,9	68,1	64,1
2	TJ - Rio de Janeiro	82,6	54,8	57,3	63,0
3	TJ - Mato Grosso do Sul	63,8	48,5	62,2	59,2
4	TJ - Paraná	64,4	52,2	54,7	56,5
5	TJ - Acre	47,5	50,7	60,5	54,8
6	TJ - Santa Catarina	64,3	53,0	48,1	53,4
7	TJ - Rondônia	50,6	53,4	54,6	53,3
8	TJ - Amapá	33,1	47,4	62,9	51,6
9	TJ - São Paulo	66,2	44,7	42,0	48,8
10	TJ - Goiás	56,3	51,3	43,4	48,6
11	TJ - Sergipe	44,5	58,3	45,1	48,3
12	TJ - Minas Gerais	58,9	53,4	39,4	47,8
13	TJ - Pará	54,1	38,5	46,8	46,6
14	TJ - Distrito Federal*	37,0	54,6	47,3	46,5
15	TJ - Alagoas	54,5	43,3	43,5	46,2
16	TJ - Maranhão	52,7	44,5	43,3	46,0
17	TJ - Rio Grande do Norte	41,0	54,1	43,0	45,3
18	TJ - Paraíba	46,0	49,1	39,4	43,5
19	TJ - Pernambuco	58,3	54,6	27,7	42,1
20	TJ - Ceará	47,9	47,8	34,1	41,0
21	TJ - Bahia	51,5	49,1	30,5	40,4
22	TJ - Espírito Santo	30,2	38,3	39,6	36,9
23	TJ - Amazonas	41,9	44,1	29,6	36,3
24	TJ - Mato Grosso	48,0	43,3	25,3	35,5
25	TJ - Roraima	37,9	33,7	34,2	35,0
26	TJ - Tocantins	39,9	31,8	31,9	33,9
27	TJ - Piauí	35,6	44,6	12,0	26,0

* - Tendo em vista as peculiaridades relativas ao custeio, pela União Federal, do Poder Judiciário no Distrito Federal, há que se ponderar eventuais especificidades do TJDF quando colocado em comparação com os demais tribunais de justiça dos Estados, principalmente no que se refere aos temas referentes a despesas com recursos humanos.



4.3 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal

No IDJus da Justiça Federal, o tribunal mais bem colocado é o **TRF da 3ª Região (69,0)** enquanto o **TRF da 1ª Região** apresenta um **IDJus de 30,1**. Na Justiça Federal como um todo, novamente a dimensão de pior desempenho é a gestão de processos, com um total de 44,9, variando de 28,9 a 71,3.

Conforme apresentado na Justiça Estadual, a Justiça Federal também apresenta disparidade de desempenho entre as dimensões do IDJus. No TRF da 3ª Região a Gestão de Recursos apresentou um valor de 52,9 e a de Gestão Orçamentária 80,6 e no TRF da 5ª Região a Gesto Orçamentária foi de 28,5 e da Gestão de Processos 53,0.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Federal	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRF-3 (80,6)	TRF-4 (60,3)	TRF-4 (71,3)
Pior desempenho	TRF-1 (26,1)	TRF-1 (36,4)	TRF-1 (28,9)

As Tabelas 12, 13 e 14 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Federal e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional Federal.

Tabela 12 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Federal	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	52,3
Custo médio do Processo	50,6
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	37,1
Arrecadação Média Processual	84,2
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	44,7
Percentual de Servidores Efetivos	39,5
Percentual de Servidores da Área Judiciária	34,0
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	100,0
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	78,9
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	24,4
Porte baseado em Tecnologia	45,9
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	69,2
Porte baseado em Automação	53,4
Porte baseado em Governança de TI	39,0
Porte baseado em Capacitação em TI	46,8
Taxa de Congestionamento	47,8
Índice de Atraso	52,3
Taxa de Atendimento da Demanda	41,5
Produtividade Média por Magistrado	38,4
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	47,0

Tabela 13 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Justiça Federal

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	49,5	Gestão Orçamentária Peso: 25%	56,1	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
		Gestão de Recursos Peso: 25%	52,2	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	44,9	Litigiosidade	45,1
				Produtividade	52,7

Tabela 14 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRF 3ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul	80,6	52,9	71,3	69,0
2	TRF 4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	52,7	60,3	53,2	54,8
3	TRF 2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo	58,7	56,9	39,9	48,8
4	TRF 5ª Região	Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba	28,5	45,9	53,0	45,1
5	TRF 1ª Região	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima Rondônia, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí	26,1	36,4	28,9	30,1

4.4 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho

Na Justiça do Trabalho, o IDJus₂₀₁₃ alcançado pelo TRT mais bem posicionado, o TRT da 15ª Região – Campinas, foi de 62,9. O menor desempenho foi apresentado pelo TRT da 5ª Região – Bahia, com um IDJus de apenas 31,6. É interessante constatar que a Justiça do Trabalho, apresenta, como um todo, um desempenho mais uniforme entre tribunais.

No entanto as disparidades de desempenho entre dimensões de um mesmo tribunal também são evidentes. Como exemplo pode-se observar os resultados



da Gestão Orçamentária e da Gestão de Processos do TRT da 11ª Região (31,7 e 67,0), do TRT da 14ª Região (22,7 e 46,4), do TRT da 13ª Região (16,2 e 46,3) e do TRT da 21ª Região (41,8 e 21,6).

Alguns destaques por dimensão:

Justiça do Trabalho	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRT-9 – PR (70,8)	TRT-24 – MS (58,8)	TRT-15 – Campinas (72,8)
Pior desempenho	TRT-13 – PB (16,2)	TRT-11 – AM e RR (37,0)	TRT-5 – BA (17,2)

As Tabelas 15, 16 e 17 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça do Trabalho e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional do Trabalho.

Tabela 15 – IDJus Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores

IDJus Justiça do Trabalho	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	41,7
Custo médio do Processo	49,9
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	36,6
Arrecadação Média Processual	60,8
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	55,6
Percentual de Servidores Efetivos	45,9
Percentual de Servidores da Área Judiciária	57,8
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	64,9
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	68,1
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	82,3
Porte baseado em Tecnologia	52,5
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,5
Porte baseado em Automação	67,1
Porte baseado em Governança de TI	45,8
Porte baseado em Capacitação em TI	55,5
Taxa de Congestionamento	47,0
Índice de Atraso	60,9
Taxa de Atendimento da Demanda	35,4
Produtividade Média por Magistrado	51,1
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	43,4

Tabela 16 – IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Justiça do Trabalho

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	49,4	Gestão Orçamentária Peso: 25%	47,2	Despesas	69,0
				Receitas	52,9
		Gestão de Recursos Peso: 25%	55,4	Recursos Humanos	62,0
				Tecnologia	50,6
		Gestão de Processos Peso: 50%	47,5	Litigiosidade	45,1
				Produtividade	52,7

Tabela 17 – IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRT 15ª Região	Campinas	53,8	52,4	72,8	62,9
2	TRT 02ª Região	São Paulo	48,1	52,9	59,9	55,2
3	TRT 01ª Região	Rio de Janeiro	57,2	52,0	53,7	54,1
4	TRT 18ª Região	Goiás	45,4	46,0	61,8	53,8
5	TRT 23ª Região	Mato Grosso	37,3	52,9	59,3	52,2
6	TRT 03ª Região	Minas Gerais	49,7	55,0	51,2	51,7
7	TRT 09ª Região	Paraná	70,8	54,6	38,7	50,7
8	TRT 11ª Região	Amazonas e Roraima	31,2	37,0	67,0	50,5
9	TRT 08ª Região	Pará e Amapá	50,3	54,9	47,5	50,1
10	TRT 17ª Região	Espírito Santo	58,0	55,3	36,9	46,8
11	TRT 22ª Região	Piauí	40,6	46,8	49,0	46,3
12	TRT 04ª Região	Rio Grande do Sul	50,4	61,0	35,1	45,4
13	TRT 06ª Região	Pernambuco	30,4	49,2	50,9	45,3
14	TRT 20ª Região	Sergipe	31,6	55,1	43,0	43,2
15	TRT 12ª Região	Santa Catarina	33,8	58,2	40,0	43,0
16	TRT 14ª Região	Rondônia e Acre	22,7	52,6	46,4	42,1
17	TRT 16ª Região	Maranhão	33,7	52,2	40,5	41,7
18	TRT 10ª Região	Distrito Federal e Tocantins	40,6	48,0	38,1	41,2
19	TRT 24ª Região	Mato Grosso do Sul	41,2	58,8	31,7	40,9
20	TRT 13ª Região	Paraíba	16,2	52,4	46,3	40,3
21	TRT 19ª Região	Alagoas	32,3	56,1	31,9	38,0
22	TRT 21ª Região	Rio Grande do Norte	41,8	46,0	21,6	32,7
23	TRT 07ª Região	Ceará	26,1	54,1	25,0	32,5
24	TRT 05ª Região	Bahia	32,4	59,6	17,2	31,6

5. Comparações entre o IDJus 2012 e IDJus 2013

A segunda edição do IDJus inaugura a possibilidade de realização de exercícios de comparação do desempenho dos tribunais com base em uma série histórica. Por certo, esta primeira comparação ainda não permite extrair análises amplas acerca das tendências de evolução do desempenho da justiça, mas abre caminho para algumas primeiras reflexões sobre os principais desafios relativos a determinados aspectos da gestão judicial.

Seguem abaixo as principais observações que podem ser feitas a partir deste IDJus 2013, tanto no âmbito geral do Poder Judiciário (IDJus Brasil), quanto no âmbito da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho.



O IDJus Brasil, espécie de índice “guarda-chuva” que agrega os índices da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho e permite uma visão global do desempenho da justiça no País, passou de **47,8** no IDJus 2012 para **49,1** no IDJus 2013. A dimensão relativa à gestão orçamentária apresentou queda de desempenho de **64,1** para **54,7**, sendo que tal decréscimo pode ser atribuída às expressivas quedas nessa dimensão verificadas no âmbito da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual (vide tópicos a seguir). Se por um lado a gestão de recursos apresentou pequena variação de 1,8 ponto percentual, a gestão de processos no IDJus Brasil apresentou expressivo avanço de **38,5** para **45,0**, aumento este que pode ser atribuído aos avanços obtidos pela Justiça do Trabalho e pela Justiça Estadual nessa dimensão.

Em relação a indicadores individualizados que compõem a base do IDJus, cabe destacar os aumentos de 6% na produtividade média por magistrado e de 3,1% na produtividade média por servidor. A taxa de congestionamento e o índice de atraso apresentaram pequenas quedas de 0,6% e 2,5%, respectivamente. Cabe pontuar também as expressivas reduções, no IDJus 2013, dos temas “despesas” (-7% em relação ao índice anterior) e “receitas” (-11,8% em relação ao ano anterior).

JUSTIÇA FEDERAL

O IDJus 2013 da Justiça Federal como um todo apresentou queda de 2, 1 pontos, passando de **51,6** para **49,5**. Apesar do incremento no desempenho da gestão orçamentária, que passou de **54,9** para **56,1**, as dimensões relativas à gestão processual e gestão de recursos apresentaram queda de rendimento (passando de **56,4** para **52,2** e de **47,5** para **44,9**, respectivamente).

Em relação a indicadores individualizados, cabe apontar que apesar do avanço de 6,3% no que tange à produtividade média dos magistrados na justiça federal, alguns indicadores apresentaram resultados preocupantes como, por exemplo, o aumento do índice de atraso (3,1%) e do custo médio do processo (5,2%) no IDJus 2013.

No comparativo entre o IDJus 2012 e o IDJus 2013, com exceção do TRF da 2ª Região (com alta de 8,2 pontos no IDJus) e do TRF da 3ª Região (com alta de 1,5 pontos), os demais tribunais regionais federais (TRF da 1ª Região, TRF da 3ª Região e TRF da 4ª Região) apresentaram queda no desempenho, redução essa observada em todas as dimensões avaliadas (gestão orçamentária, gestão de recursos e gestão de processos).

Gestão de processos: Na gestão processual, a queda de desempenho mais acentuada foi o TRF da 4ª Região, que passou de **66,4** para **53,2**, o que certamente contribuiu para que o IDJus 2013 desse tribunal apresentasse queda de 8,2 pontos em relação ao índice anterior (passando de **66,4** para **53,2**). A melhoria mais acentuada dentro dessa dimensão foi a alcançada pelo TRF da 2ª Região que passou de **27,9** para **39,9**.

Gestão orçamentária: Nessa dimensão, cabe ressaltar o grande avanço no desempenho do TRF da 2ª Região, passando de **46,6** para **58,7** no IDJus 2013. Acompanhada do incremento observado na gestão processual daquele tribunal (passando de **27,9** para **39,0**), a melhoria na gestão orçamentária contribuiu para a melhoria do IDJus do tribunal (de **40,6** para **48,8**), apesar de um decréscimo verificado em relação à gestão de recursos (**60,1** para **56,9** no IDJus 2013).

Gestão de Recursos: Todos os tribunais regionais federais apresentaram queda de desempenho na gestão de recursos. A maior queda foi verificada no TRF da 4ª Região, que passou de **66,3** para **60,3** no IDJus 2013. Os demais tribunais regionais federais também apresentaram queda, porém menos significativas (ao redor de 4 pontos percentuais em média, dentro do comparativo com o índice anterior).

JUSTIÇA DO TRABALHO

O IDJus 2013 da Justiça do Trabalho apresentou um avanço de 2 pontos percentuais, passando de **47,4** para **49,4**, no comparativo com o índice anterior. Os incrementos de 5,9 pontos e de 9,9 pontos nas dimensões gestão de recursos e gestão de processos, respectivamente, de certa forma compensou a acentuada queda de desempenho observada na gestão orçamentária, que passou de **65,0** para **47,2** no IDJus 2013.

Em relação a indicadores específicos, cabe pontuar a queda de 9% no índice de atraso e de 4,4% na taxa de congestionamento da justiça do trabalho como um todo. A produtividade média por servidor e por magistrado também avançou (5,6 e 6,7%, respectivamente).

Como a primeira edição do IDJus (IDJus 2012) trouxe a interessante informação relativa à grande uniformidade de desempenho que a Justiça do Trabalho apresenta em relação às três dimensões avaliadas - diferentemente do que ocorre na Justiça Federal e na Justiça Estadual – cumpre destacar abaixo o retrato apontado neste IDJus 2013:

Gestão de processos: Pôde-se observar que o IDJus 2013 de vários TRTs apresentou queda de desempenho na gestão de processos nesta nova versão do índice, o que culminou na redução de desempenho da maioria dos tribunais individualmente. Dos 10 tribunais mais bem posicionados no IDJus 2013, todos apresentaram queda na dimensão de gestão de processos em relação ao ano anterior, com exceção do TRT da 23ª Região, que apresentou um avanço de **30,5** para **59,3**. Dentre os dez TRTs mais bem posicionados, as maiores quedas na gestão de processos ocorreram no TRT da 15ª Região (redução de 25,6 pontos) e o TRT da 18ª Região (redução de 20,5 pontos), mas a maior queda identificada nessa dimensão foi em relação ao TRT da 21ª Região (queda de 34,8 pontos), o qual terminou por se posicionar em 22º lugar no IDJus 2013 da Justiça do Trabalho. Positivamente, cumpre destacar a evolução do TRT da 13ª Região nesta dimensão, que passou de **9,3** para **46,3** neste IDJus 2013.

Gestão Orçamentária: De modo geral, não houve alteração significativa dos TRTs no que tange aos índices alcançados em matéria de gestão orçamentária em relação ao ano anterior, porém alguns tribunais apresentaram queda de desempenho nessa área, como o TRT da 11ª Região (que passou de **44,2** para **31,2**) e o TRT da 20ª Região (que passou de **57,6** para **40,6**). Cabe destacar, positivamente, o incremento no desempenho do TRT da 8ª Região, que passou de **38,6** para **50,3**.

Gestão de recursos: Essa dimensão na Justiça do Trabalho não apresentou mudanças significativas (foram em geral de apenas 1 ponto em média), apesar do fato de que grande parte dos TRTs tenha apresentado pequenas variações para baixo no desempenho da gestão de recursos como, por exemplo, o TRT da 18ª Região (**52,5** para **46,0**), o TRT da 23ª Região (**57,5** para **52,9**) e o TRT da 21ª Região (**51,2** para **46,0**). O maior incremento de desempenho observado foi no TRT da 1ª Região, que passou de **47,6** para **52,0**.

JUSTIÇA ESTADUAL

O IDJus 2013 da Justiça Estadual apresentou um aumento de **47,4** para **48,8**. Houve queda de desempenho na gestão orçamentária (passou de **65,0** para **61,0**), ligeira queda na gestão de recursos (**49,5** para **48,8**) e significativo avanço no desempenho da gestão de processos, que passou de **37,6** para **42,7**.

Em relação a indicadores individualizados, poucos tribunais de justiça apresentaram variação significativa, com destaque, contudo, para os aumentos de 6,3% na produtividade média por magistrado e de 3,4% na produtividade

média por servidor. A taxa de congestionamento e o índice de atraso apresentaram pequenas quedas de 0,7% e 2,7%, respectivamente.

Gestão de processos: Dos 10 tribunais mais bem colocados no IDJus 2013 nessa dimensão, apenas um tribunal de justiça apresentou queda de desempenho em relação ao ano anterior (TJMS que passou de **72,0** para **62,2**), sendo que o nove restantes apresentaram incremento significativo, em média de 5 pontos, mas com destaque para o avanço do TJSP, que passou de **30,1** para **42,0**. Em contrapartida, metade dos 10 tribunais que apresentaram pior desempenho no IDJus 2013 terminou por apresentar queda nesta dimensão (TJPE, TJBA, TJAM, TJRR e TJPI) o que enseja preocupações, uma vez que sinaliza um novo decréscimo do desempenho em tribunais que já haviam apresentado deficiências nessa área no IDJus 2012. Em contrapartida, alguns tribunais merecem destaque em relação ao avanço na gestão de processos, como o TJMT (que passou de **12,8** para **25,3**) e TJTO (que passou de **19,3** para **31,9**).

Gestão orçamentária: Na comparação com o índice anterior, verificou-se no IDJus 2013 que a maioria dos tribunais estaduais apresentou queda de desempenho na gestão orçamentária, o que teria contribuído para a queda verificada na Justiça Estadual como um todo nessa dimensão. Apenas 08 tribunais de justiça apresentaram avanço nessa área, a maioria deles bastante modestos (entre 2 e 4 pontos percentuais em média), com exceção do grande aumento verificado no desempenho do TJGO, que passou de **35,4** para **56,3**. A maior queda de desempenho foi observada no TJMG, que passou de **72,9** para **58,9**.

Gestão de recursos: 15 (quinze) tribunais apresentaram queda de desempenho nessa dimensão porém, na maioria dos casos, foi pequena (cerca de dois pontos percentuais). TJRS, TJRJ e TJMS foram os tribunais mais bem colocados nesse aspecto, repetindo as colocações alcançadas no índice anterior, voltando a conquistar ligeiros avanços na gestão de recursos. Dentre todos os tribunais de justiça, cabe apontar o maior avanço obtido pelo TJAC, que passou de 42,5 para 50,7.

Comentário Geral sobre o comparativo IDJus 2012 e IDJus 2013

Apesar do breve intervalo de tempo transcorrido para esta primeira análise, é importante ressaltar que o IDJus 2013 apresentou uma grande diversidade de resultados entre os tribunais e entre os ramos da Justiça, o que corrobora o perfil diversificado e dinâmico dos desafios que envolvem a gestão judiciária no Brasil. O equilíbrio entre as dimensões gestão orçamentária, gestão



de recursos e gestão de processos parece envolver complexos arranjos de engenharia institucional que implicam a necessidade de monitoramento contínuo da qualidade da gestão nos tribunais em cada uma dessas áreas.

Os dados dessa primeira comparação parecem apontar que, mesmo tendo apresentado um desempenho satisfatório em determinada dimensão em um ano específico, cada tribunal deve envidar esforços contínuos para alcançar a sustentabilidade desse bom desempenho até mesmo no curto prazo, sob pena de enfrentar quedas indesejáveis em áreas que até então estavam caminhando bem e apresentar desempenhos erráticos em curto intervalo de tempo. Desse modo, avanços alcançados em determinado ano não se garantem, por si sós, no ano seguinte.

Também pode se observar, preliminarmente, que déficits de gestão verificados em um tribunal e em determinada dimensão não necessariamente se repetem em outra corte, o que demonstra que esforços para a melhoria do desempenho judicial devem ser focados e customizados em cada tribunal, de acordo com suas especificidades.



6. Apêndice Estatístico

Nesta seção serão apresentados os resultados do IDJus de cada tribunal da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, desagregados por indicador, tema e dimensão.

6.1 Cálculo do IDJu₂₀₁₃ por Tribunal

6.1.1 Brasil

IDJus Brasil

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,07%	43,2	Despesas	61,9	Gestão Orçamentária	33,5	44,2
Custo médio do Processo	R\$ 1.743,88	80,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,29%	5,7	Receitas	5,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 353,88	4,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,43%	50,1	Recursos Humanos	65,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	64,88%	41,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	90,30%	47,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,59	61,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	91,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,15	98,2					
Porte baseado em Tecnologia	16,14%	47,1	Tecnologia	45,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,05%	19,0					
Porte baseado em Automação	16,86%	57,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,16%	53,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,72%	51,4					
Taxa de Congestionamento	71,30%	28,0	Litigiosidade	45,6	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,48	61,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	99,12%	47,3	Produtividade	42,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.519	42,0					
Produtividade Média por Servidor	133	42,1					

6.1.2 Justiça Estadual

i. Justiça Estadual

IDJus Justiça Estadual

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,81%	48,1	Despesas	58,5	Gestão Orçamentária	61,0	48,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.439,35	68,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	37,00%	40,1	Receitas	63,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 532,54	87,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	77,17%	56,7	Recursos Humanos	53,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	62,47%	50,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	94,97%	42,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,63	41,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,68	34,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,13	96,2					
Porte baseado em Tecnologia	16,24%	40,6	Tecnologia	43,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,63%	22,7					
Porte baseado em Automação	16,27%	52,8					
Porte baseado em Governança de TI	14,80%	51,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,89%	52,5	Litigiosidade	43,9	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	73,93%	24,9					
Índice de Atraso	2,82	57,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	98,09%	49,2					
Produtividade Média por Magistrado	1.549	43,0	Produtividade	41,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	128	40,2					

ii. TJ-Acre

IDJus TJ- Acre

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,18%	42,9	Despesas	55,6	Gestão Orçamentária	47,5	54,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.454,61	68,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,12%	11,9	Receitas	39,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 161,74	67,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	39,16%	5,3	Recursos Humanos	51,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	65,69%	57,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	67,88%	8,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,38	65,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,23	83,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,25	90,7					
Porte baseado em Tecnologia	15,13%	27,9	Tecnologia	49,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,5					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	61,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	9,2					
Taxa de Congestionamento	30,98%	82,3	Litigiosidade	82,0	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,59	97,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	116,01%	65,7	Produtividade	39,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.501	41,4					
Produtividade Média por Servidor	119	36,7					

iii. TJ-Alagoas

IDJus TJ - Alagoas

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,00%	32,4	Despesas	52,4	Gestão Orçamentária	54,5	46,2
Custo médio do Processo	R\$ 1.337,95	72,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,10%	31,5	Receitas	56,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 389,40	81,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	67,57%	43,7	Recursos Humanos	39,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	46,91%	18,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	120,83%	74,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,89	14,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,82	19,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,74	67,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	44,0	Tecnologia	46,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	66,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	74,7					
Taxa de Congestionamento	71,94%	27,6	Litigiosidade	52,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,73	59,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	120,41%	69,8	Produtividade	34,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.090	27,8					
Produtividade Média por Servidor	133	42,0					

iv. TJ-Amazonas

IDJus TJ- Amazonas

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,84%	28,3	Despesas	38,5	Gestão Orçamentária	41,9	36,3
Custo médio do Processo	R\$ 2.163,72	48,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,06%	14,0	Receitas	45,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 282,60	76,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,97%	63,2	Recursos Humanos	36,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,56%	40,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	89,36%	35,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,95	9,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,90	10,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,92	59,3					
Porte baseado em Tecnologia	14,67%	22,6	Tecnologia	51,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	20,00%	83,5					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	79,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	70,3					
Taxa de Congestionamento	82,45%	13,5	Litigiosidade	21,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	4,12	33,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	63,45%	17,2	Produtividade	37,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.143	29,5					
Produtividade Média por Servidor	143	45,8					

v. TJ-Amapá

IDJus TJ - Amapá

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,79%	37,2	Despesas	52,5	Gestão Orçamentária	33,1	51,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.469,60	67,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1,01%	0,9	Receitas	13,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 14,91	26,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,00%	75,4	Recursos Humanos	55,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	47,68%	19,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	105,21%	55,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,62	41,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	43,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,08	98,6					
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	24,9	Tecnologia	39,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	61,6					
Taxa de Congestionamento	19,65%	97,4	Litigiosidade	94,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,53	99,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	139,19%	87,1	Produtividade	31,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.102	28,2					
Produtividade Média por Servidor	113	34,3					

vi. TJ-Bahia

IDJus TJ- Bahia

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,81%	54,7	Despesas	51,4	Gestão Orçamentária	51,5	40,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.189,44	48,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,83%	20,3	Receitas	51,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 412,18	82,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	80,33%	61,0	Recursos Humanos	58,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	78,17%	83,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	103,42%	53,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,66	38,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,75	26,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,27	89,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	52,8	Tecnologia	39,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	14,41%	37,4					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	30,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	72,5					
Taxa de Congestionamento	74,71%	23,9	Litigiosidade	42,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,90	56,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,20%	46,5	Produtividade	19,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	969	23,8					
Produtividade Média por Servidor	60	14,2					

vii. TJ-Ceará

IDJus TJ- Ceará

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,05%	49,8	Despesas	48,7	Gestão Orçamentária	47,9	41,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.210,76	47,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,47%	15,5	Receitas	47,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 319,95	78,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,71%	73,7	Recursos Humanos	55,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	59,62%	44,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	103,06%	52,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,67	37,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,30	74,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,11	50,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	48,3	Tecnologia	40,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	37,4					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,17%	66,0					
Taxa de Congestionamento	74,32%	24,4	Litigiosidade	45,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,95	55,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	105,93%	56,4	Produtividade	22,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	689	14,5					
Produtividade Média por Servidor	105	31,3					

viii. TJ-Distrito Federal

IDJus TJ- Distrito Federal

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,76%	41,7	Despesas	31,6	Gestão Orçamentária	37,0	46,5
Custo médio do Processo	R\$ 3.758,70	21,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	7,67%	8,1	Receitas	42,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 288,46	76,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	61,55%	35,6	Recursos Humanos	47,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	64,93%	55,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	71,46%	13,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,63	41,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,46	57,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,45	81,2					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	26,4	Tecnologia	61,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,5					
Porte baseado em Automação	18,71%	72,9					
Porte baseado em Governança de TI	16,20%	60,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	61,6					
Taxa de Congestionamento	56,08%	48,7	Litigiosidade	63,9	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,36	84,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,83%	59,1	Produtividade	30,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.338	36,0					
Produtividade Média por Servidor	89	25,2					

ix. TJ-Espírito Santo

IDJus TJ- Espírito Santo

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,05%	49,8	Despesas	59,6	Gestão Orçamentária	30,2	36,9
Custo médio do Processo	R\$ 1.423,51	69,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,24%	0,0	Receitas	0,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 3,46	1,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	73,25%	51,4	Recursos Humanos	35,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	53,75%	32,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	127,82%	83,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,92	12,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,76	25,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,99	9,3					
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	60,1	Tecnologia	40,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,25%	35,4					
Taxa de Congestionamento	78,49%	18,8	Litigiosidade	40,0	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,74	40,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	110,39%	60,5	Produtividade	39,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.475	40,5					
Produtividade Média por Servidor	122	37,9					

x. TJ-Goiás

IDJus TJ- Goiás

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,92%	41,3	Despesas	56,0	Gestão Orçamentária	56,3	48,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.384,08	70,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	28,57%	30,9	Receitas	56,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 395,40	82,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,67%	83,1	Recursos Humanos	53,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	56,54%	38,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	110,38%	61,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,78	26,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,82	19,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,19	93,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	44,0	Tecnologia	48,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	16,56%	55,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	61,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	79,1					
Taxa de Congestionamento	69,67%	30,6	Litigiosidade	53,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,43	64,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,67%	65,4	Produtividade	33,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.245	32,9					
Produtividade Média por Servidor	112	33,8					

xi. TJ-Maranhão

IDJus TJ- Maranhão

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	71,30%	84,4	Despesas	63,7	Gestão Orçamentária	52,7	46,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.429,28	43,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,66%	10,3	Receitas	41,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 234,65	73,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	70,08%	47,1	Recursos Humanos	54,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	69,71%	65,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	113,14%	65,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,73	31,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,55	48,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,68	70,8					
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	16,1	Tecnologia	34,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	66,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,67%	39,8					
Taxa de Congestionamento	49,30%	57,8	Litigiosidade	67,2	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,00	90,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,49%	53,2	Produtividade	19,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	924	22,3					
Produtividade Média por Servidor	67	16,8					

xii. TJ-Minas Gerais

IDJus TJ- Minas Gerais

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,12%	36,5	Despesas	47,1	Gestão Orçamentária	58,9	47,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.801,65	57,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	43,71%	47,4	Receitas	70,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 787,56	93,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,37%	63,7	Recursos Humanos	67,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,59%	40,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	99,07%	47,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,32	72,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,23	83,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,13	96,3					
Porte baseado em Tecnologia	14,62%	22,1	Tecnologia	39,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	16,56%	55,1					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	61,6					
Taxa de Congestionamento	69,84%	30,4	Litigiosidade	46,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,20	68,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	89,74%	41,4	Produtividade	32,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.144	29,6					
Produtividade Média por Servidor	113	34,4					

xiii. TJ-Mato Grosso do Sul

IDJus TJ- Mato Grosso do Sul

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,60%	53,0	Despesas	73,9	Gestão Orçamentária	63,8	59,2
Custo médio do Processo	R\$ 847,69	94,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	30,29%	32,8	Receitas	53,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 256,76	74,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	99,26%	86,6	Recursos Humanos	55,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	64,09%	54,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,44%	18,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,65	38,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,58	45,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,21	92,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	41,0	Tecnologia	41,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	44,1					
Taxa de Congestionamento	59,03%	44,8	Litigiosidade	60,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,49	81,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	105,46%	56,0	Produtividade	63,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.848	52,9					
Produtividade Média por Servidor	217	74,2					

xiv. TJ-Mato Grosso

IDJus TJ- Mato Grosso

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,70%	41,8	Despesas	39,0	Gestão Orçamentária	48,0	35,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.794,39	36,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,32%	24,1	Receitas	57,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 623,74	89,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	77,00%	56,5	Recursos Humanos	47,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	61,10%	47,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,90%	17,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,37	67,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,77	24,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,64	72,7					
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	57,1	Tecnologia	39,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	66,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	10,00%	22,3					
Taxa de Congestionamento	81,26%	15,1	Litigiosidade	26,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	4,04	35,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	76,90%	29,6	Produtividade	23,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	935	22,7					
Produtividade Média por Servidor	89	25,1					

xv. TJ-Pará

IDJus TJ- Pará

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,86%	56,8	Despesas	60,2	Gestão Orçamentária	54,1	46,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.600,15	63,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	17,89%	19,3	Receitas	47,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 286,30	76,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,72%	69,6	Recursos Humanos	40,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	63,60%	53,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,20%	21,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,88	16,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,76	25,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,95	58,0					
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	42,5	Tecnologia	36,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	14,41%	37,4					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	55,1					
Taxa de Congestionamento	66,09%	35,4	Litigiosidade	56,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,07	71,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	113,09%	63,0	Produtividade	37,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.044	26,3					
Produtividade Média por Servidor	148	48,0					

xvi. TJ-Paraíba

IDJus TJ- Paraíba

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,33%	44,8	Despesas	52,2	Gestão Orçamentária	46,0	43,5
Custo médio do Processo	R\$ 1.734,98	59,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,35%	11,0	Receitas	39,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 179,53	68,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	67,94%	44,2	Recursos Humanos	57,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	71,10%	68,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	96,82%	44,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,62	42,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	43,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,07	99,3					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	39,5	Tecnologia	41,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	74,7					
Taxa de Congestionamento	61,96%	40,9	Litigiosidade	52,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,38	83,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	80,26%	32,7	Produtividade	26,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.152	29,8					
Produtividade Média por Servidor	84	23,1					

xvii. TJ-Pernambuco

IDJus TJ - Pernambuco

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,63%	48,5	Despesas	57,2	Gestão Orçamentária	58,3	42,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.525,73	65,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,04%	33,6	Receitas	59,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 473,53	85,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	56,48%	28,7	Recursos Humanos	48,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	63,81%	53,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	102,53%	51,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,75	29,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,77	25,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,06	99,7					
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	57,1	Tecnologia	61,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,5					
Porte baseado em Automação	15,27%	44,5					
Porte baseado em Governança de TI	12,79%	37,4					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	79,1					
Taxa de Congestionamento	84,17%	11,2	Litigiosidade	28,6	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	5,45	9,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,04%	64,8	Produtividade	26,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.137	29,3					
Produtividade Média por Servidor	87	24,2					

xviii. TJ-Piauí

IDJus TJ - Piauí

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	99,78%	21,9	Despesas	13,3	Gestão Orçamentária	35,6	26,0
Custo médio do Processo	R\$ 5.300,79	4,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	17,73%	19,1	Receitas	57,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 939,92	96,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,12%	53,9	Recursos Humanos	64,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,12%	66,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	104,99%	54,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,71	32,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,08	99,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,46	80,8					
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	24,9	Tecnologia	24,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	12,26%	19,7					
Porte baseado em Governança de TI	9,10%	12,3					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	61,6					
Taxa de Congestionamento	81,13%	15,3	Litigiosidade	22,9	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,29	48,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	49,86%	4,6	Produtividade	1,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	279	0,9					
Produtividade Média por Servidor	26	1,0					

xix. TJ-Paraná

IDJus TJ- Paraná

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,59%	50,8	Despesas	70,4	Gestão Orçamentária	64,4	56,5
Custo médio do Processo	R\$ 935,92	90,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	35,06%	38,0	Receitas	58,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 328,11	78,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,86%	76,6	Recursos Humanos	42,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	42,97%	9,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	111,88%	63,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,88	15,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,79	22,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,83	63,6					
Porte baseado em Tecnologia	19,49%	77,7	Tecnologia	62,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,5					
Porte baseado em Automação	14,41%	37,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	55,1					
Taxa de Congestionamento	71,19%	28,6	Litigiosidade	52,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,63	61,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	118,58%	68,1	Produtividade	56,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.593	44,4					
Produtividade Média por Servidor	204	69,3					

xx. TJ-Rio de Janeiro

IDJus TJ- Rio de Janeiro

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	80,19%	64,9	Despesas	70,6	Gestão Orçamentária	82,6	63,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.235,32	76,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	83,62%	90,9	Receitas	94,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.032,96	98,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,31%	54,2	Recursos Humanos	40,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	58,95%	43,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	89,23%	35,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,80	24,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,91	9,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,54	77,1					
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	45,5	Tecnologia	68,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	45,8					
Porte baseado em Automação	20,00%	83,5					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	86,4					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	83,4					
Taxa de Congestionamento	75,93%	22,2	Litigiosidade	40,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,12	52,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	96,54%	47,7	Produtividade	74,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.974	90,2					
Produtividade Média por Servidor	174	57,8					

xxi. TJ-Rio Grande do Norte

IDJus TJ - Rio Grande do Norte

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,02%	36,7	Despesas	37,1	Gestão Orçamentária	41,0	45,3
Custo médio do Processo	R\$ 2.719,71	37,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,32%	12,1	Receitas	45,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 307,98	77,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	56,27%	28,4	Recursos Humanos	65,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	51,79%	28,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	128,17%	84,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,32	71,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,15	92,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,26	90,2					
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	16,1	Tecnologia	42,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	74,7					
Taxa de Congestionamento	56,30%	48,4	Litigiosidade	62,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,33	84,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,95%	54,6	Produtividade	23,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.009	25,1					
Produtividade Média por Servidor	80	21,8					

xxii. TJ-Rondônia

IDJus TJ- Rondônia

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,96%	36,8	Despesas	49,4	Gestão Orçamentária	50,6	53,3
Custo médio do Processo	R\$ 1.651,58	62,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	21,63%	23,3	Receitas	51,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 357,29	80,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,87%	53,6	Recursos Humanos	64,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	72,43%	71,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,13%	33,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,04	99,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	50,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,55	76,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,03%	38,2	Tecnologia	42,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	74,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,04%	33,2					
Taxa de Congestionamento	46,19%	61,9	Litigiosidade	72,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,98	90,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	114,28%	64,1	Produtividade	37,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.494	41,1					
Produtividade Média por Servidor	109	32,8					

xxiii. TJ-Roraima

IDJus TJ - Roraima

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,40%	68,8	Despesas	50,2	Gestão Orçamentária	37,9	35,0
Custo médio do Processo	R\$ 3.066,19	31,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1,86%	1,8	Receitas	25,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 57,07	49,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,31%	77,2	Recursos Humanos	43,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,18%	39,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,22%	20,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,84	20,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,73	28,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,65	72,0					
Porte baseado em Tecnologia	15,26%	29,4	Tecnologia	24,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	10,97%	9,0					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	30,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	48,5					
Taxa de Congestionamento	68,86%	31,7	Litigiosidade	48,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,12	70,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	91,74%	43,3	Produtividade	20,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	785	17,7					
Produtividade Média por Servidor	82	22,3					

xxiv. TJ-Rio Grande do Sul

IDJus TJ- Rio Grande do Sul

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,24%	58,2	Despesas	71,5	Gestão Orçamentária	67,2	64,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.038,71	84,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	39,60%	42,9	Receitas	62,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 411,30	82,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,96%	60,5	Recursos Humanos	64,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	42,58%	8,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	104,73%	54,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,11	92,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,28	77,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,19	93,7					
Porte baseado em Tecnologia	17,44%	54,3	Tecnologia	41,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	16,56%	55,1					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,46%	37,6					
Taxa de Congestionamento	58,30%	45,8	Litigiosidade	58,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,32	84,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	92,98%	44,4	Produtividade	78,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.241	65,9					
Produtividade Média por Servidor	258	90,1					

xxv. TJ-Santa Catarina

IDJus TJ- Santa Catarina

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,31%	53,6	Despesas	64,9	Gestão Orçamentária	64,3	53,4
Custo médio do Processo	R\$ 1.236,29	76,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	38,65%	41,9	Receitas	63,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 477,83	85,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,54%	62,6	Recursos Humanos	47,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	53,98%	32,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	92,01%	38,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,55	49,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,79	22,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,53	77,6					
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	49,8	Tecnologia	58,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	87,5					
Porte baseado em Automação	17,42%	62,2					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	54,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,67%	39,8					
Taxa de Congestionamento	70,85%	29,0	Litigiosidade	47,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,40	65,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	97,42%	48,5	Produtividade	48,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.688	47,6					
Produtividade Média por Servidor	153	49,7					

xxvi. TJ-Sergipe

IDJus TJ - Sergipe

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	83,13%	58,4	Despesas	55,7	Gestão Orçamentária	44,5	48,3
Custo médio do Processo	R\$ 1.987,35	52,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,66%	5,9	Receitas	33,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 112,57	60,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,06%	70,1	Recursos Humanos	62,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	59,33%	44,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,53%	33,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,26	77,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	80,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,70	69,5					
Porte baseado em Tecnologia	15,38%	30,7	Tecnologia	54,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	45,8					
Porte baseado em Automação	18,71%	72,9					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	61,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	59,4					
Taxa de Congestionamento	54,41%	51,0	Litigiosidade	64,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,25	86,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	105,48%	56,0	Produtividade	25,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.141	29,5					
Produtividade Média por Servidor	82	22,4					

xxvii. TJ-São Paulo

IDJus TJ - São Paulo

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,79%	41,6	Despesas	60,9	Gestão Orçamentária	66,2	48,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.141,15	80,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	50,43%	54,7	Receitas	71,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 575,45	88,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	74,50%	53,1	Recursos Humanos	55,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	75,27%	77,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	90,21%	36,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,52	52,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,72	30,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,42	82,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	48,3	Tecnologia	33,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	17,85%	65,8					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	42,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	9,2					
Taxa de Congestionamento	79,51%	17,5	Litigiosidade	34,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,83	39,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,59%	46,9	Produtividade	49,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.996	57,8					
Produtividade Média por Servidor	131	41,5					

xxviii. TJ-Tocantins

IDJus TJ- Tocantins

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,01%	41,1	Despesas	44,1	Gestão Orçamentária	39,9	33,9
Custo médio do Processo	R\$ 2.235,19	47,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	6,35%	6,7	Receitas	35,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 141,94	64,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,44%	58,4	Recursos Humanos	41,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	56,29%	37,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	112,46%	64,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,86	18,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,66	36,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,47	33,6					
Porte baseado em Tecnologia	17,44%	54,3	Tecnologia	22,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	4,2					
Porte baseado em Automação	14,41%	37,4					
Porte baseado em Governança de TI	8,11%	5,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	8,75%	9,2					
Taxa de Congestionamento	72,48%	26,8	Litigiosidade	43,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,49	63,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	87,73%	39,6	Produtividade	20,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	802	18,3					
Produtividade Média por Servidor	83	22,6					

6.1.3 Justiça Federal

i. Justiça Federal

IDJus Justiça Federal

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,76%	52,3	Despesas	51,5	Gestão Orçamentária	56,1	49,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.015,74	50,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	131,90%	37,1	Receitas	60,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 2.658,74	84,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,86%	44,7	Recursos Humanos	53,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	68,57%	39,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,68%	34,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,05	100,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,50	78,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,63	24,4	Tecnologia	50,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	45,9					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	12,00%	69,2					
Porte baseado em Automação	19,05%	53,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,82%	39,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	46,8	Litigiosidade	47,2	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	70,60%	47,8					
Índice de Atraso	2,41	52,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	101,29%	41,5	Produtividade	42,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.942	38,4					
Produtividade Média por Servidor	181	47,0					

ii. TRF 1ª Região

IDJus TRF 1ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,09%	55,6	Despesas	35,5	Gestão Orçamentária	20,9	24,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.544,08	15,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,92%	0,1	Receitas	6,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 23,30	12,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	112,29%	81,6	Recursos Humanos	36,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	93,15%	83,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	65,16%	13,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,35	10,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	5,33	9,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,69	17,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	38,5	Tecnologia	41,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	17,85%	34,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	21,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,33%	29,3					
Taxa de Congestionamento	77,68%	25,0	Litigiosidade	17,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	3,28	14,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	83,13%	13,0	Produtividade	21,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.262	6,0					
Produtividade Média por Servidor	170	37,5					

iii. TRF 2ª Região

IDJus TRF 2ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,15%	45,4	Despesas	29,9	Gestão Orçamentária	58,7	48,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.559,43	14,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	270,03%	76,2	Receitas	87,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 6.911,25	98,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	77,29%	24,1	Recursos Humanos	54,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	61,95%	27,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,47%	29,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,69	59,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,37	99,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,02	89,2					
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	41,0	Tecnologia	58,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	20,00%	68,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	21,2					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	79,1					
Taxa de Congestionamento	69,89%	50,1	Litigiosidade	54,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,45	50,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,27%	63,4	Produtividade	25,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.920	37,4					
Produtividade Média por Servidor	143	12,9					

iv. TRF 3ª Região

IDJus TRF 3ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,56%	53,3	Despesas	68,6	Gestão Orçamentária	80,6	69,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.617,34	84,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	322,17%	90,9	Receitas	92,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 5.210,63	94,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	69,60%	11,4	Recursos Humanos	48,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	66,77%	36,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,09%	32,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,35	84,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,66	94,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,56	31,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	31,3	Tecnologia	57,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	20,00%	68,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	47,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	54,3					
Taxa de Congestionamento	69,77%	50,5	Litigiosidade	59,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	2,51	47,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	126,00%	80,2	Produtividade	83,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.941	86,0					
Produtividade Média por Servidor	217	80,3					

v. TRF 4ª Região

IDJus TRF 4ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,93%	51,4	Despesas	61,4	Gestão Orçamentária	52,7	54,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.758,23	71,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	61,66%	17,3	Receitas	44,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.084,16	70,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	98,44%	58,8	Recursos Humanos	61,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	65,81%	34,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,55%	40,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,17	98,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,98	88,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,38	50,7					
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	53,1	Tecnologia	58,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	20,00%	68,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	73,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	14,4					
Taxa de Congestionamento	66,86%	59,8	Litigiosidade	54,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,96	72,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,85%	31,4	Produtividade	51,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.028	42,5					
Produtividade Média por Servidor	196	61,3					

vi. TRF 5ª Região

IDJus TRF 5ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,53%	53,4	Despesas	56,2	Gestão Orçamentária	28,5	45,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.909,02	58,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	0,58%	0,0	Receitas	0,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 11,15	1,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,59%	32,8	Recursos Humanos	53,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	51,62%	9,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	96,23%	79,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,37	83,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	2,24	65,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,36	53,1					
Porte baseado em Tecnologia	18,33%	65,3	Tecnologia	37,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	17,42%	27,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	31,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,63%	56,8					
Taxa de Congestionamento	60,43%	80,5	Litigiosidade	68,6	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,48	93,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,14%	31,9	Produtividade	37,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.161	48,9					
Produtividade Média por Servidor	157	25,7					

6.1.4 Justiça do Trabalho

i. Justiça do Trabalho

IDJus Justiça do Trabalho

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,97%	41,7	Despesas	45,8	Gestão Orçamentária	47,2	49,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.984,67	49,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	28,52%	36,6	Receitas	48,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 851,31	60,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,22%	55,6	Recursos Humanos	62,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	73,95%	45,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,78%	57,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,65	64,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	68,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,14	82,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,79%	52,5	Tecnologia	48,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	7,78%	20,5					
Porte baseado em Automação	17,06%	67,1					
Porte baseado em Governança de TI	15,43%	45,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,44%	55,5					
Taxa de Congestionamento	45,73%	47,0	Litigiosidade	47,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,87	60,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,40%	35,4	Produtividade	47,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.179	51,1					
Produtividade Média por Servidor	126	43,4					

ii. TRT 1ª Região – Rio de Janeiro

IDJus TRT01ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	98,50%	30,7	Despesas	36,5	Gestão Orçamentária	57,2	54,1
Custo médio do Processo	R\$ 3.300,71	42,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	46,44%	66,6	Receitas	77,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.532,95	89,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	84,19%	57,4	Recursos Humanos	59,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	74,80%	47,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,54%	54,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	55,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,28	64,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,40	77,1					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	70,7	Tecnologia	44,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	43,01%	51,9	Litigiosidade	53,0	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,85	61,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	111,09%	45,2	Produtividade	54,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.343	66,5					
Produtividade Média por Servidor	124	42,2					

iii. TRT 2ª Região – São Paulo

IDJus TRT 02ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,87%	39,0	Despesas	54,9	Gestão Orçamentária	48,1	55,2
Custo médio do Processo	R\$ 2.258,41	70,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	28,14%	36,0	Receitas	41,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 635,54	46,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,25%	11,0	Recursos Humanos	56,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	84,59%	68,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,86%	51,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,62	71,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,43	43,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,48	95,2	Tecnologia	49,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	16,79%	64,5					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	16,56%	62,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	56,8	Litigiosidade	41,4	Gestão de Processos		
Taxa de Congestionamento	49,68%	39,9					
Índice de Atraso	0,96	54,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	97,68%	30,0	Produtividade	78,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.535	84,5					
Produtividade Média por Servidor	164	72,3					

iv. TRT 3ª Região – Minas Gerais

IDJus TRT 03ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,27%	47,0	Despesas	44,5	Gestão Orçamentária	49,7	51,7
Custo médio do Processo	R\$ 3.310,28	42,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	30,69%	40,2	Receitas	54,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.015,78	69,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,97%	70,0	Recursos Humanos	72,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	69,49%	36,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	90,99%	72,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,51	89,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,13	86,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,31	78,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	59,9	Tecnologia	37,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	9,38%	8,7					
Taxa de Congestionamento	39,47%	58,3	Litigiosidade	53,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,49	86,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	86,00%	16,8	Produtividade	48,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.209	54,0					
Produtividade Média por Servidor	126	43,1					

v. TRT 4ª Região – Rio Grande do Sul

IDJus TRT 04ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,88%	42,0	Despesas	34,7	Gestão Orçamentária	50,4	45,4
Custo médio do Processo	R\$ 4.021,26	27,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	34,89%	47,3	Receitas	66,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.403,05	84,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,46%	63,5	Recursos Humanos	72,1	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	84,39%	67,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,64%	59,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,51	91,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,21	75,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,44	76,4					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	58,4	Tecnologia	49,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	46,88%	44,9	Litigiosidade	45,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,88	60,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	99,57%	32,2	Produtividade	24,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	989	33,3					
Produtividade Média por Servidor	90	15,7					

vi. TRT 5ª Região - Bahia

IDJus TRT 05ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,74%	39,3	Despesas	29,1	Gestão Orçamentária	32,4	31,6
Custo médio do Processo	R\$ 4.495,47	18,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,63%	16,7	Receitas	35,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 747,73	54,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	97,20%	81,6	Recursos Humanos	74,0	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,14%	37,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,57%	66,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,56	82,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,09	91,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,05	84,0					
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	50,7	Tecnologia	45,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	83,5					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	33,7					
Taxa de Congestionamento	59,51%	22,1	Litigiosidade	24,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,41	24,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	93,91%	25,8	Produtividade	10,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	756	11,3					
Produtividade Média por Servidor	81	9,2					

vii. TRT 6ª Região – Pernambuco

IDJus TRT 06ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,24%	40,9	Despesas	44,6	Gestão Orçamentária	30,4	45,3
Custo médio do Processo	R\$ 3.045,71	48,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,64%	10,0	Receitas	16,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 384,91	22,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	93,08%	74,0	Recursos Humanos	60,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	71,80%	41,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,95%	55,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	56,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,33	57,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,23	80,5					
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	35,3	Tecnologia	37,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	40,17%	57,1	Litigiosidade	54,0	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,63	76,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	96,00%	28,1	Produtividade	47,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.125	46,0					
Produtividade Média por Servidor	134	49,4					

viii. TRT 7ª Região - Ceará

IDJus TRT 07ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,36%	40,5	Despesas	33,9	Gestão Orçamentária	26,1	32,5
Custo médio do Processo	R\$ 4.024,70	27,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	11,06%	7,3	Receitas	18,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 445,08	29,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,05%	53,4	Recursos Humanos	49,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	70,67%	39,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,84%	57,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,81	37,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,40	47,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,08	63,9					
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	61,5	Tecnologia	58,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	17,42%	70,5					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	83,8					
Taxa de Congestionamento	58,04%	24,8	Litigiosidade	25,9	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,12	43,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	79,20%	9,2	Produtividade	24,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	977	32,1					
Produtividade Média por Servidor	90	16,0					

ix. TRT 8ª Região – Pará e Amapá

IDJus TRT 08ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,97%	41,8	Despesas	42,8	Gestão Orçamentária	50,3	50,1
Custo médio do Processo	R\$ 3.228,86	43,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	32,98%	44,1	Receitas	57,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.065,03	71,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	97,35%	81,9	Recursos Humanos	62,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	76,42%	51,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,23%	49,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,55	82,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,67	9,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,26	99,5					
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	53,8	Tecnologia	47,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	44,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	49,1					
Taxa de Congestionamento	38,81%	59,5	Litigiosidade	56,6	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,66	75,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,43%	35,4	Produtividade	38,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.001	34,3					
Produtividade Média por Servidor	125	42,5					

x. TRT 9ª Região - Paraná

IDJus TRT 09ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,73%	45,6	Despesas	48,9	Gestão Orçamentária	70,8	50,7
Custo médio do Processo	R\$ 2.890,26	52,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	60,31%	89,9	Receitas	92,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.743,10	95,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,55%	80,4	Recursos Humanos	71,5	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	79,16%	56,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,99%	53,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,62	70,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,10	90,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,37	77,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,67%	63,1	Tecnologia	37,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	16,58%	62,6					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	15,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,71%	39,5					
Taxa de Congestionamento	51,86%	35,9	Litigiosidade	37,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,99	52,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	91,90%	23,5	Produtividade	40,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.074	41,2					
Produtividade Média por Servidor	120	39,0					

xi. TRT 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins

IDJus TRT 10ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,09%	41,4	Despesas	34,2	Gestão Orçamentária	40,6	41,2
Custo médio do Processo	R\$ 4.033,41	27,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,39%	28,0	Receitas	46,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 943,53	65,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,16%	72,2	Recursos Humanos	49,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	60,88%	18,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,57%	60,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,80	38,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,50	33,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,47	75,7					
Porte baseado em Tecnologia	14,49%	36,9	Tecnologia	46,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	74,2					
Taxa de Congestionamento	45,90%	46,7	Litigiosidade	47,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,87	60,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,23%	35,2	Produtividade	28,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	991	33,4					
Produtividade Média por Servidor	101	24,1					

xii. TRT 11ª Região – Amazonas e Roraima

IDJus TRT 11ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,82%	42,2	Despesas	37,6	Gestão Orçamentária	31,2	50,5
Custo médio do Processo	R\$ 3.729,34	33,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,99%	12,2	Receitas	24,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 521,74	37,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	73,08%	36,7	Recursos Humanos	27,7	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	85,07%	69,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	49,29%	7,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,92	16,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,55	26,8					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	4,86	9,5					
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	35,3	Tecnologia	46,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	16,56%	62,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	68,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	56,8					
Taxa de Congestionamento	36,46%	63,8	Litigiosidade	59,4	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,59	79,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,12%	35,1	Produtividade	74,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.422	74,0					
Produtividade Média por Servidor	168	75,4					

xiii. TRT 12ª Região – Santa Catarina

IDJus TRT 12ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	98,22%	31,6	Despesas	29,6	Gestão Orçamentária	33,8	43,0
Custo médio do Processo	R\$ 4.006,98	27,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,04%	20,7	Receitas	38,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 762,91	55,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,31%	72,5	Recursos Humanos	67,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	83,23%	65,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,22%	47,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,65	65,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,24	70,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,16	81,8					
Porte baseado em Tecnologia	14,10%	32,2	Tecnologia	49,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,04%	70,3					
Taxa de Congestionamento	46,95%	44,8	Litigiosidade	47,2	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,97	54,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	109,01%	42,9	Produtividade	32,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.013	35,5					
Produtividade Média por Servidor	109	30,2					

xiv. TRT 13ª Região - Paraíba

IDJus TRT 13ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,71%	33,2	Despesas	20,2	Gestão Orçamentária	16,2	40,3
Custo médio do Processo	R\$ 5.246,22	7,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	7,44%	1,2	Receitas	12,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 390,37	23,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,86%	73,5	Recursos Humanos	52,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	81,90%	62,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,33%	47,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,67	62,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,51	31,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	3,52	35,7					
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	53,8	Tecnologia	52,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	24,25%	85,9	Litigiosidade	82,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,63	76,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	145,06%	83,6	Produtividade	10,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	797	15,2					
Produtividade Média por Servidor	77	5,9					

xv. TRT 14ª Região – Rondônia e Acre

IDJus TRT 14ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,88%	42,0	Despesas	27,4	Gestão Orçamentária	22,7	42,1
Custo médio do Processo	R\$ 4.874,64	12,8					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,47%	4,7	Receitas	18,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 461,85	31,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,10%	55,4	Recursos Humanos	59,6	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	90,67%	81,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	62,40%	27,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,71	54,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,29	62,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,44	76,3					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	58,4	Tecnologia	45,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	15,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	18,26%	96,7	Litigiosidade	79,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,32	97,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	110,57%	44,6	Produtividade	13,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	734	9,2					
Produtividade Média por Servidor	92	17,1					

xvi. TRT 15ª Região - Campinas

IDJus TRT 15ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,74%	45,6	Despesas	68,8	Gestão Orçamentária	53,8	62,9
Custo médio do Processo	R\$ 1.708,42	92,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	30,62%	40,1	Receitas	38,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 523,06	37,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,39%	61,5	Recursos Humanos	72,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	66,87%	31,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	99,17%	84,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,53	86,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,16	81,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,79	89,1					
Porte baseado em Tecnologia	12,69%	15,2	Tecnologia	32,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	58,7					
Taxa de Congestionamento	42,19%	53,4	Litigiosidade	59,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,00	52,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	136,46%	73,9	Produtividade	85,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.545	85,5					
Produtividade Média por Servidor	182	86,1					

xvii. TRT 16ª Região - Maranhão

IDJus TRT 16ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,87%	42,1	Despesas	49,4	Gestão Orçamentária	33,7	41,7
Custo médio do Processo	R\$ 2.726,45	56,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,32%	12,8	Receitas	18,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 390,52	23,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,03%	51,5	Recursos Humanos	49,3	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	58,98%	14,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,38%	47,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,73	50,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	54,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,39	77,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	43,0	Tecnologia	55,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	16,56%	62,4					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,38%	54,9					
Taxa de Congestionamento	50,69%	38,1	Litigiosidade	40,8	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,06	47,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,57%	36,7	Produtividade	40,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.052	39,1					
Produtividade Média por Servidor	123	41,4					

xviii. TRT 17ª Região – Espírito Santo

IDJus TRT 17ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,18%	47,3	Despesas	44,9	Gestão Orçamentária	58,0	46,8
Custo médio do Processo	R\$ 3.288,36	42,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	41,52%	58,4	Receitas	71,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.365,44	83,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,65%	73,1	Recursos Humanos	63,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	66,80%	30,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,76%	67,0					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	56,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,13	85,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,90	67,3					
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	53,8	Tecnologia	47,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	15,27%	50,4					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	59,7					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	64,6					
Taxa de Congestionamento	43,59%	50,9	Litigiosidade	51,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,83	63,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	106,10%	39,6	Produtividade	22,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	905	25,4					
Produtividade Média por Servidor	95	19,6					

xix. TRT 18ª Região - Goiás

IDJus TRT 18ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,07%	57,0	Despesas	65,3	Gestão Orçamentária	45,4	53,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.182,07	73,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,09%	22,4	Receitas	25,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 438,27	28,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	77,27%	44,5	Recursos Humanos	47,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	62,27%	21,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,98%	58,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,78	42,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,43	43,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,55	74,1					
Porte baseado em Tecnologia	14,36%	35,3	Tecnologia	44,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	10,97%	10,2					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,71%	39,5					
Taxa de Congestionamento	34,18%	67,9	Litigiosidade	60,1	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,38	94,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	87,47%	18,5	Produtividade	63,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.371	69,2					
Produtividade Média por Servidor	145	57,8					

xx. TRT 19ª Região - Alagoas

IDJus TRT 19ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	96,30%	37,6	Despesas	46,5	Gestão Orçamentária	32,3	38,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.770,79	55,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,20%	12,6	Receitas	18,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 393,44	23,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,00%	68,2	Recursos Humanos	53,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	57,88%	12,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,17%	67,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	55,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	23,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,44	95,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,28%	58,4	Tecnologia	58,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	17,12%	59,7					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	83,8					
Taxa de Congestionamento	58,73%	23,5	Litigiosidade	27,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,47	20,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	104,83%	38,1	Produtividade	36,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.024	36,5					
Produtividade Média por Servidor	117	36,3					

xxi. TRT 20ª Região - Sergipe

IDJus TRT 20ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,92%	48,1	Despesas	44,7	Gestão Orçamentária	31,6	43,2
Custo médio do Processo	R\$ 3.344,55	41,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,68%	10,0	Receitas	18,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 423,98	27,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,78%	56,7	Recursos Humanos	47,9	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	71,10%	39,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,63%	43,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,79	40,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	18,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	0,85	87,8					
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	49,1	Tecnologia	62,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	44,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,96%	51,1					
Taxa de Congestionamento	46,82%	45,0	Litigiosidade	48,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,01	51,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	114,46%	49,0	Produtividade	37,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.029	37,0					
Produtividade Média por Servidor	119	38,1					

xxii. TRT 21ª Região – Rio Grande do Norte

IDJus TRT 21ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,27%	43,9	Despesas	42,6	Gestão Orçamentária	41,8	32,7
Custo médio do Processo	R\$ 3.342,78	41,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,72%	26,9	Receitas	41,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 759,53	55,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,00%	40,3	Recursos Humanos	43,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	63,21%	23,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	86,70%	65,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,82	34,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	20,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,30	79,2					
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	50,7	Tecnologia	48,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	84,6					
Porte baseado em Automação	16,56%	62,4					
Porte baseado em Governança de TI	10,99%	9,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	33,7					
Taxa de Congestionamento	65,21%	11,8	Litigiosidade	10,5	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	1,61	10,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	79,00%	8,9	Produtividade	32,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.126	46,1					
Produtividade Média por Servidor	94	19,2					

xxiii. TRT 22ª Região - Piauí

IDJus TRT 22ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,04%	60,3	Despesas	62,5	Gestão Orçamentária	40,6	46,3
Custo médio do Processo	R\$ 2.452,90	64,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,67%	15,0	Receitas	18,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 384,44	22,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,19%	66,7	Recursos Humanos	48,4	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	62,26%	21,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	89,54%	69,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,83	33,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,55	26,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,63	72,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	56,8	Tecnologia	45,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	29,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	49,1					
Taxa de Congestionamento	41,70%	54,3	Litigiosidade	53,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,75	68,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,64%	36,8	Produtividade	44,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.117	45,3					
Produtividade Média por Servidor	127	44,0					

xxiv. TRT 23ª Região – Mato Grosso

IDJus TRT 23ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,78%	73,5	Despesas	68,6	Gestão Orçamentária	37,3	52,2
Custo médio do Processo	R\$ 2.486,76	63,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,80%	6,9	Receitas	6,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 268,48	5,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	84,71%	58,4	Recursos Humanos	51,8	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	63,11%	23,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,08%	52,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,73	50,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,40	47,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,26	79,8					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	76,9	Tecnologia	54,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	18,71%	82,5					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	53,8					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	49,1					
Taxa de Congestionamento	27,09%	80,7	Litigiosidade	70,7	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,45	89,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	108,45%	42,2					
Produtividade Média por Magistrado	1.000	34,2	Produtividade	47,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	150	61,5					

xxv. TRT 24ª Região – Mato Grosso do Sul

IDJus TRT 24ª Região

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,92%	54,4	Despesas	45,2	Gestão Orçamentária	41,2	40,9
Custo médio do Processo	R\$ 3.580,85	36,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,89%	22,1	Receitas	37,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 712,16	52,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,19%	72,3	Recursos Humanos	65,2	Gestão de Recursos		
Percentual de Servidores Efetivos	71,13%	40,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	85,19%	63,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,69	57,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,03	99,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	2,36	58,4					
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	78,4	Tecnologia	52,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	7,7					
Porte baseado em Automação	17,42%	70,5					
Porte baseado em Governança de TI	18,82%	73,7					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,88%	31,8					
Taxa de Congestionamento	41,36%	54,9	Litigiosidade	52,3	Gestão de Processos		
Índice de Atraso	0,64	75,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,25%	26,2	Produtividade	11,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	706	6,6					
Produtividade Média por Servidor	89	15,5					

7. Glossário

7.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1.1 Despesas

i. Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Medir o quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada tribunal

Fórmula:

$$G = \frac{DR}{Dp}$$

Nomenclatura:

DRH - Despesas com Recursos Humanos

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

ii. Custo médio do Processo

Objetivo: Medir a despesa média de cada tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$C_{st\ m} = \frac{Dp}{ai}$$

Nomenclatura:

Dpj - Despesa Total da Justiça

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

7.1.2 Receitas

i. Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Indicar o que a arrecadação total do tribunal representa em relação à despesa total do tribunal.

Fórmula:

$$e\mathcal{q} = \frac{\text{Receitas}}{Dp}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

ii. **Arrecadação Média Processual**

Objetivo: Indicar a arrecadação média do tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$e_{cm} = \frac{\text{Receitas}}{ai}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

7.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS

7.2.1 Recursos Humanos

i. Percentual de Cargos de Magistrado Ocupados

Objetivo: Indicar o percentual de cargos de magistrados ocupados em relação ao total de cargos existentes no tribunal.

Fórmula:

$$agOc_{\%} = \frac{Mag}{MagE}$$

Nomenclatura:

MagE – Total de Cargos de Magistrados Existentes

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

ii. **Percentual de Servidores Efetivos**

Objetivo: Indicar o percentual de servidores efetivos em relação ao número total de servidores do tribunal.

Fórmula:
$$TPEfet_{\%} = \frac{P_{et}}{S}$$

Nomenclatura:

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

TS – Total de Servidores

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

iii. **Taxa de Igualdade Processual por Servidor**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os servidores de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEP = \frac{CP_{2^\circ} \cdot C_{2^\circ} \cdot Sa_{1^\circ}}{CP_{1^\circ} \cdot C_{1^\circ} \cdot Sa_{2^\circ}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

SaJud_{2º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud_{1º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

iv. **Taxa de Igualdade Processual por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEP = \frac{CP_{2^\circ} \cdot C_{2^\circ} \cdot Mag_{1^\circ}}{CP_{1^\circ} \cdot C_{1^\circ} \cdot Mag_{2^\circ}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

Mag_{2º} – Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} – Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

v. **Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de servidores lotados nas áreas judiciárias entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TE_a = \frac{Sa_{2^\circ} Mag_{1^\circ}}{Sa_{1^\circ} Mag_{2^\circ}}$$

Nomenclatura:

SaJud₂ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud₁ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Mag_{2º} - Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} - Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

7.2.2 Tecnologia

Todas as informações utilizadas nesse tema foram extraídas do questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça. Essa pesquisa seguiu as determinações estabelecidas na [Resolução N° 90/2009, do CNJ](#), que prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia.

1. Porte baseado em Tecnologia

Itens avaliados:

- *Idade média dos storages*
- *Faixa predominante de espaço de disco dos storages*
- *Faixa predominante de memória dos storages*
- *Número de impressoras*
- *Idade média das impressoras*
- *Número de Scanners*
- *Idade média dos Scanners*
- *Número de unidades judiciárias sem link de comunicação*
- *Velocidade do link de acesso à internet no Tribunal (kbps)*
- *Idade média de micros*
- *Número de micros*
- *Idade média dos Servidores*
- *Número total de unidades judiciárias da (s) capital(is) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*
- *Número total de unidades judiciárias do interior localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*

2. Porte baseado em Força de trabalho mínima

O anexo I da Resolução N° 90/2009 do CNJ estabeleceu a força de trabalho mínima recomendada para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Itens avaliados:

- *Total de Usuários de Recursos de TIC*
- *Percentual mínimo de força de trabalho de TIC, incluindo, efetivos, comissionados e terceirizado.*
- *Número mínimo de profissionais de TIC do quadro permanente*

3. Porte baseado em Automação

Itens avaliados:

- *Os módulos de Primeiro Grau são integrados?*
- *Os módulos de Segundo Grau são integrados?*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Primeiro Grau*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Segundo Grau*
- *A integra dos atos proferidos são disponibilizados na internet 100%*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para ensino à distância?*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para interrogatório criminal?*
- *Total de Micros versus a soma de servidores e magistrados*

4. Porte baseado em Governança de TI

Itens avaliados:

- Há Planejamento Estratégico para área de TIC em vigor?
- Há Comitê ou Comissão que decida sobre a priorização das ações e investimentos em TIC?
- Possui setor de Gestão Estratégica no Tribunal?
- Possui escritório de projeto implantado no Tribunal?
- Existe plano anual de capacitação nas áreas de gestão e governança de TIC?
- Na contratação de sistemas de informação há cláusula que determine a propriedade intelectual dos códigos fontes ou que determine o depósito dos fontes no INPI?
- Possui metodologia de desenvolvimento de software?
- Possui política de segurança implantada?

5. Porte baseado em Capacitação em TI

Itens avaliados:

- Pessoal de TIC capacitado em ITIL
- Pessoal de TIC capacitado em SOA
- Pessoal de TIC capacitado em gestão de projetos
- Pessoal de TIC capacitado em Segurança da informação
- Pessoal de TIC capacitado em Análise de Requisitos
- Pessoal de TIC capacitado em Análise em Pontos de Função
- Pessoal de TIC capacitado em Certificação
- Pessoal de TIC capacitado na Instrução normativa 04

7.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS

7.3.1 Litigiosidade

i. Taxa de Congestionamento

Objetivo: Indicar taxa de congestionamento dos tribunais, ou seja, de cada 100 processos que estão em tramitação no tribunal, quantos não foram finalizados.

Fórmula:
$$TC = 1 - \frac{T_{aix}}{100}$$

Nomenclatura:

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

ii. Índice de Atraso

Objetivo: Indicar em quantas vezes o número de processos baixados deve aumentar, com o objetivo de julgar todos os processos pendentes do tribunal.

Fórmula:

$$= \frac{\text{CP}}{\text{T baix}}$$

Nomenclatura:

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

iii. Taxa de Atendimento da Demanda

Objetivo: Indicar o percentual da demanda que foi finalizado em relação aos processos que ingressaram, no mesmo ano, em cada tribunal.

Fórmula:

$$T = \frac{T_{aix}}{T}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

7.3.2 Produtividade

i. Produtividade Média por Magistrado

Objetivo: Indicar a produtividade média dos magistrados do tribunal.

Fórmula:
$$Pr_{mag} = \frac{T_{aix}}{a}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

ii. Produtividade Média por Servidor

Objetivo: Indicar a produtividade média dos servidores da área judiciária do tribunal.

Fórmula:

$$Pr_{sa} = \frac{T_{aix}}{a}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

SaJud – Total de Servidores Lotados na Área Judiciária

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2011 - CNJ](#)

8. Referências

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *O Índice De Desenvolvimento da Família* (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, out/2003. 20p. (Texto para Discussão n° 986). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf

CASTRO, A S. Indicadores Básicos e Desempenho da Justiça Estadual de Primeiro Grau. Brasília: IPEA, 2011 (Texto para Discussão, 1609). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_1609.pdf

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM — Índice de Qualidade dos Municípios, 1998*. Rio de Janeiro, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/2013-01-04-19-13-21>

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_estadual.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Federal**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_federal.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça do Trabalho**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_trabalho.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_estadual_jn2010.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Federal**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro,



2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_federal_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça do Trabalho.** Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_trabalho_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2009:** Indicadores do Poder Judiciário - Panorama do Judiciário brasileiro. Brasília, setembro de 2010. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/rel_sintetico_jn2009.pdf.

_____. **Justiça em números 2008 - variáveis e indicadores do poder judiciário.** Technical report, Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, Junho, 2009. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/relatorios/justica_em_numeros_2008.pdf.

F.CIDE. **Índice de Qualidade Municipal: carências.** Rio de Janeiro, 2001.

F.SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.** São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, Salvador, 2005

JANNUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília, abr/jun 2005.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas.** Rio de Janeiro, 2004.

JANNUZZI, P.M. *Indicadores sociais no Brasil.* Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001.

Munda, G. and Nardo, M. *Constructing Consistent Composite Indicators: the Issue of Weights*, Joint Research Centre, Ispra, 2005.



Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., & Giovannini, E. *OECD/JRC Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide*. OECD Statistics Working Paper, Paris, 2008.

SALTELLI, A. et. al. *Composite indicators - the controversy and the way forward*. Palermo, **OECD World Forum on Key Indicators**. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>.

THE WORLD BANK. ***Making justice count: measuring and improving judicial performance in Brazil***. The World Bank, Washington, D.C., 2005.

TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores Sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade v.17, n.3-4, 2003.

UNITED NATIONS FOR DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University, 1990.